

# 30 DE JUNHO E O LIMITE DA CONCILIAÇÃO

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E AÇÃO DIRETA

**BALANÇO CRÍTICO · 30 DE JUNHO DE 2026**

## A mobilização pelo fim da escala 6x1 e os limites da estratégia institucional das centrais e partidos.

No dia 30 de junho, CUT, CTB, UGT, Força Sindical, CSB, NCST, Intersindical, Pública, além de PSOL, VAT, PT, PCdoB, PSTU e a Unidade Popular, convocaram atos em diversas capitais para pressionar o Senado a votar a PEC 221/2019, que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada para 40 horas semanais. Os atos aconteceram em Natal, São Paulo, Rio, Curitiba e outras cidades, com concentrações no início do dia ou fim da tarde, faixas, discursos e caminhadas até supermercados e pontos simbólicos. Não se pode dizer que nada foi feito. Mas é preciso perguntar: o que foi feito é proporcional ao tamanho da tarefa?

A resposta, do ponto de vista do sindicalismo revolucionário, é não. E a distância entre o que essas organizações fizeram e o que a situação exige revela, mais uma vez, os limites estruturais de uma estratégia sindical e política que trocou a força própria da classe trabalhadora pela mendicância parlamentar: esse é o sindicalismo propositivo socialdemocrata.

## UMA PAUTA SUBORDINADA AO CALENDÁRIO DO SENADO

Do início ao fim, a campanha das centrais e dos partidos que a apoiaram foi desenhada em função de um único personagem: o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Toda a arquitetura da mobilização — os atos de rua, a plataforma digital “Na Pressão”, a coleta de assinaturas, a campanha “O Brasil Quer Mais Tempo” — foi construída não para paralisar a produção, a circulação e o consumo e obrigar o patronato a recuar, mas para convencer, sensibilizar ou constranger um único homem a colocar um projeto em pauta. É a lógica da súplica travestida de mobilização: mobiliza-se a base para pressionar as instituições, e não para que a base, pela força de seu próprio trabalho suspenso, imponha a pauta.

Essa é a marca de nascença do sindicalismo pelego e da esquerda parlamentar que ainda hoje comanda a CUT, a CTB e a UGT, e que o PSOL e a UP, apesar de discursos mais à esquerda, seguem sem confrontar na prática. A jornada de trabalho

não será reduzida porque senadores tiveram boa vontade. Será reduzida, como foi historicamente em todo o mundo, quando o custo de mantê-la for maior do que o custo de aboli-la para quem lucra com ela. E esse custo só se impõe com paralisação real da produção, não com atos de rua às 18h, quando o expediente já terminou.

## ATO NÃO É GREVE

É sintomático que o próprio vocabulário da convocação evite a palavra “greve”. Fala-se em “Dia Nacional de Mobilização”, “Dia Nacional de Luta”, “ato político-cultural”. O que houve, na prática, foi um conjunto de manifestações pós-expediente, sem qualquer paralisação de categorias estratégicas — comércio, transporte, serviços essenciais — que são justamente os setores mais atingidos pela escala 6x1. Trabalhadores de supermercado, de quem a pauta mais deveria vir, apareceram nos atos como manifestantes solidários fora do horário de trabalho, não como grevistas que interromperam a operação das lojas.

ELEMENTO	ATO (30/06)	GREVE REAL
<b>Momento</b>	Atos ao fim da tarde/noite, após o expediente	Paralisação durante a jornada de trabalho
<b>Alvo</b>	Pressionar Davi Alcolumbre e o Senado	Impor custo direto ao patronato
<b>Instrumento</b>	Marchas, faixas, plataforma de lobby digital	Interrupção da produção/circulação de mercadorias
<b>Adesão</b>	Militância das centrais e partidos	Categorias inteiras, especialmente comércio e serviços
<b>Continuidade</b>	Ato pontual de um dia, sem plano de escalada	Construção de base para greve geral ou setorial

Tabela 1 – Diferenças estruturais entre ato convocado e greve real.

**Essa distinção não é semântica. É a diferença entre uma classe que pede e uma classe que impõe. Diferença da estratégia institucional parlamentar e do sindicalismo de ação direta.**

## O PAPEL DE PSOL E UNIDADE POPULAR

Chama atenção, mas sem surpresas, que partidos que se reivindicam socialistas, como o PSOL, e

# 30 DE JUNHO E O LIMITE DA CONCILIAÇÃO

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E AÇÃO DIRETA

explicitamente anticapitalistas, como a UP, tenham somado suas siglas a uma convocação sem qualquer ruptura com a lógica de pressão institucional. Nenhum dos dois usou sua inserção nos movimentos sociais e sindicais para colocar na ordem do dia a construção de uma greve geral com data e método definidos. Preferiram somar-se ao mesmo roteiro das centrais pelegas: assinatura de manifesto, ato de rua, cobrança a parlamentares. Isso confirma, mais uma vez, que a esquerda eleitoral, mesmo em sua vertente mais à esquerda, tende a subordinar a ação direta da classe trabalhadora à sua própria inserção institucional, seja no Congresso, seja nas direções sindicais que disputa.

## O QUE A ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL NÃO PODE ENTREGAR

A PEC 221 segue travada porque depende do voto de 49 de 81 senadores, em dois turnos, contra a vontade de um patronato organizado que já demonstrou disposição para flexibilizar ainda mais, e não reduzir, a jornada de trabalho. Não existe correlação de forças parlamentar capaz de vencer essa disputa sem que, paralelamente, exista uma ameaça concreta e crescente de paralisação da economia. As direções sindicais que hoje comandam CUT, CTB e UGT sabem disso. Mas construir greve real significa organizar de base, categoria por categoria, disputar a pauta contra o imobilismo de muitos sindicatos filiados, e assumir o risco de confronto direto com patrões e Estado — algo que essas direções, décadas depois de terem trocado a perspectiva de transformação social pela administração de contratos, lobby e participação em várias instâncias estatais, como os mais diversos conselhos, bem como suas bases em universidades, institutos e órgãos públicos preferem a ocupação de cargos e projetos, já não têm mais disposição nem estrutura para fazer.

## A ALTERNATIVA É A ORGANIZAÇÃO DE BASE: É PRECISO AVANÇAR NA UNIDADE DOS SETORES AUTÔNOMOS E SINDICALISTAS REVOLUCIONÁRIOS

Do ponto de vista do sindicalismo revolucionário, o problema de 30 de junho não foi a ausência de vontade individual de quem foi às ruas, foi a ausência de um método. Reduzir a jornada de trabalho é uma pauta histórica da classe

trabalhadora, e sua conquista, onde ocorreu, nunca veio de cima. Veio de anos de organização de base, comissões de fábrica e de loja, construção de solidariedade horizontal e, no momento decisivo, greves que de fato paralisaram a produção.

Enquanto a esquerda institucional — sindical e partidária — insistir em tratar a mobilização como instrumento de pressão sobre o parlamento, e não como construção de poder próprio da classe trabalhadora, seguiremos vendo atos simbólicos se repetirem a cada convocação, sem que a correlação de forças real se altere. A tarefa que fica para quem constrói o sindicalismo de base é clara: organizar nos locais de trabalho, disputar as categorias mais precarizadas pela 6x1 — comércio, serviços, delivery — e preparar, sem ilusões parlamentares, a única ferramenta que historicamente já derrubou jornadas abusivas: as greves setoriais acumulando para a greve geral.

**A FOB e suas organizações federadas e comitês sindicalistas revolucionários procuraram organizar ações neste dia 30 de junho para mobilizar e impulsionar a luta contra a escala 6x1, mesmo sabendo das limitações de seu tamanho. Sabemos e temos plena consciência dos limites de nossas ações e que é preciso construir e massificar o sindicalismo revolucionário e a estratégia da ação direta.**

**Nesse sentido, fazemos um chamado a todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo autônomo, popular, revolucionário e sindicalista revolucionária para a construção unitária de um encontro nacional com o objetivo de organizar ações conjuntas para a construção da luta e das greves.**